

Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica*

Siliprandi, Emma**

Resumo

Este artigo enfoca as ações sociais que vêm sendo realizadas pela extensão rural pública no

* Este artigo é uma versão resumida do Marco Referencial para as Ações Sociais da EMATER/RS-ASCAR, elaborado em 2002 por um Grupo de Trabalho formado por Adão Bertier Rodrigues, Tânia Maria Treviso, Renato dos Santos Iuva, Afaf Muhammad Wermann, Iolanda Ernei da S. Oliveira Momolli, Ana Maria Annoni e Emma Cademartori Siliprandi (coordenadora), e também por integrantes da equipe do Núcleo de Cidadania e Qualidade de Vida no Meio Rural da Divisão de Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural Sustentável (NUCID-DAT) da EMATER/RS: Regina da Silva Miranda, Karin Peglow, Caroline Crochemore Velloso e Mariana Soares.

** Engenheira Agrônoma, Mestre em Sociologia e coordenadora do NUCID-DAT. E-mail: emma@emater.tche.br.

Os conceitos de "Agroecologia", "sustentabilidade", "extensão rural agroecológica" e "transição agroecológica" podem ser aprofundados nos textos de Caporal e Costabeber (2000; 2001).

Rio Grande do Sul, salientando a sua importância para a concretização de uma proposta de transição agroecológica. Faz uma breve retrospectiva de como esses temas foram tratados ao longo da história da extensão rural, e aponta, à luz da experiência da EMATER/RS, as dificuldades que são enfrentadas, na prática, para a mudança de um paradigma de desenvolvimento em que o modelo tecnológico sempre foi preponderante, para um outro, onde se parte da organização social e do empoderamento dos agricultores e agricultoras. É um resumo do documento intitulado "Marco Referencial para as Ações Sociais da EMATER/RS-ASCAR", elaborado em 2002 por um Grupo de Trabalho, do qual a autora foi coordenadora.

Palavras-chave: Agroecologia, Transição agroecológica, Extensão rural, Ações sociais, Sustentabilidade, Desenvolvimento rural.

1 Introdução

Na Missão da EMATER/RS, apresenta-se uma proposta de desenvolvimento rural vista

como um conjunto de melhorias para o campo (econômicas, culturais, ambientais, sociais, políticas), nas quais as populações envolvidas, apoiadas pelos agentes de extensão rural, devem ter um papel protagonista. Esta Missão foi definida como: "promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida"¹.

Estas propostas têm um forte conteúdo de mobilização e organização social, explicitados nas suas estratégias: privilegiar o uso de metodologias participativas; valorizar os distintos saberes (científico e popular); incorporar uma visão holística (que compreenda os processos sócio-econômicos em sua relação com o ambiente); estimular dinâmicas de participação ativa das populações, através de diagnósticos e planejamentos em conjunto; estimular parcerias em todos os níveis; estimular formas associativas; respeitar as diferenças de gênero, de culturas, de grupos de interesses; buscar a inclusão social; tomar o agroecossistema como uma unidade básica de análise, planejamento e avaliação dos sistemas de produção agrícola; apoiar a implementação da Reforma Agrária e o fortalecimento da Agricultura Familiar. Os objetivos definidos também destacam o caráter social deste trabalho: a sustentabilidade, a estabilidade, a produtividade, a equidade e a qualidade de vida.

Em que pese o forte conteúdo social dessas definições, no sentido de ser uma proposta que pretende modificar relações sociais, que se expressam em uma visão diferenciada do espaço produtivo, da relação com o meio ambiente, e entre as pessoas, a preocupação com as novas tecnologias agrícolas sempre foi preponderante nas atividades de extensão, e foi, muitas vezes, considerada a sua única razão de

ser. Assim, os chamados "temas sociais", apesar de presentes no cotidiano do trabalho, acabaram sendo pouco discutidos.

O que estamos chamando aqui de "temas sociais"? Não vamos nos preocupar, neste momento, em apresentar as inúmeras interpretações que têm se dado ao "social" na literatura sociológica ou no entendimento dos movimentos sociais e nas visões que orientam as políticas públicas, pois estes temas mereceriam um aprofundamento maior, extrapolando a intenção deste texto. Para efeito desta discussão, estamos nos referindo àqueles temas, que, em conjunto com as mudanças nas tecnologias de produção agrícola, compõem (ou deveriam compor) uma pauta de mudanças para o meio rural, em direção a um desenvolvimento efetivamente sustentável, em suas várias dimensões.

Entender a forma como se organizam os grupos sociais com os quais lida a extensão rural, no seu fazer produtivo, na vida comunitária, na relação com o poder público, nas diversas esferas da vida cotidiana, são pressupostos que devem orientar o trabalho geral da extensão. Sem esse pressuposto, qualquer ação que se pretenda dialógica perde o sentido. O "social" de que tratamos aqui certamente abrange a dimensão produtiva e econômica, não só na preocupação com os resultados físicos ou financeiros, ou no entendimento do porquê se adota ou não uma certa tecnologia; mas na forma como se organiza essa produção, nas relações de poder que estruturam a ação das pessoas, nas implicações que os processos de organização social trazem para as mudanças concretas na vida de todos.

No senso comum, as questões sociais, vistas de forma reduzida através dos temas como saúde, educação, lazer e cultura, são tidas como questões menores, "complementos" da Economia (com "e" maiúsculo) ou, no máximo, da Política. Quando as questões sociais invadem os espaços das políticas públicas, isto se dá normalmente pela via do assistencialismo e do amparo aos grupos empobrecidos da população. Nesse sentido, o "social" é o que diz respeito

aos "pobres", enquanto a riqueza (vista como o campo da "Economia") é o produto da competência individual, da capacidade de inovar etc.

O que se quer salientar nesta discussão, e que este documento procura mostrar, é que: i) o social não se restringe ao "assistencial"; ii) aquele outro "social" (saúde, educação, lazer, cultura etc.), que de certa forma sempre foi focado nas ações concretas da extensão, se for colocado em uma perspectiva estratégica de construção de sujeitos sociais autônomos, e livre do difusionismo em todos os seus matices, passa a ser uma dimensão fundamental para uma proposta de Extensão Rural Agroecológica. Mais do que isso, procura-se mostrar que, sem esta dimensão, a extensão rural perderia boa parte do seu conteúdo transformador e a sua eficácia na construção de um desenvolvimento efetivamente sustentável.

Este texto pretende colaborar para aprofundar esta discussão, que, certamente, não é nova. Apresenta-se aqui, de forma resumida, o "Marco Referencial para as Ações Sociais da EMATER/RS-ASCAR", documento elaborado por um Grupo de Trabalho criado em 2001, especialmente para esse fim². O objetivo do Marco Referencial é: estabelecer um referencial estratégico-metodológico, para subsidiar os profissionais da empresa, sobre temas entendidos como de caráter predominantemente social, abordados dentro dos projetos e programas desenvolvidos pela instituição, ajudando no estabelecimento dos limites de competência e responsabilidades dos diferentes profissionais envolvidos nessas ações. Ao final, apontamos alguns desafios para que essa proposta possa ser assumida por todos e todas, e realmente se coloque como um "Marco Referencial", que "impregne" de conteúdo social o conjunto de ações da instituição.

2 Breve retrospectiva histórica

Desde a fundação da ACAR, em Minas Gerais, em 1948, outras instituições de extensão

rural foram criadas em todo o Brasil, seguindo um modelo difundido pelo governo norte-americano. Em 1955, criou-se a ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural) no Rio Grande do Sul, além da ACARESC, em Santa Catarina, e da ACARPA, no Paraná. Em 1956, foi criada a ABCAR, em âmbito nacional, à qual as associações estaduais se filiaram³.

Deste período até o início dos anos 60, as famílias e as comunidades eram o foco das ações extensionistas. A extensão era desenvolvida por um técnico em Ciências Agrárias e uma mulher capacitada a atuar no campo da "Economia Doméstica". O objetivo da extensão, estabelecido a partir de enfoques teóricos sobre o desenvolvimento rural, era diminuir a pobreza rural, vista como decorrência da ignorância e da resistência às mudanças que (supostamente) caracterizariam os agricultores. Do ponto de vista da produção agrícola, o foco era na conservação do solo e na adoção do Crédito Rural Supervisionado. De forma complementar, as economistas domésticas, através da organização de Grupos do Lar, e dos Clubes 4-S (para os jovens), difundiam conhecimentos sobre saúde, alimentação, saneamento, abastecimento de água, e apoiavam as mulheres nas suas atividades domésticas (costura, alimentação, confecção de móveis, colchões, cuidados com as crianças).

Essa "dobradinha" no trabalho se manteve até recentemente: os técnicos (homens) tratando das questões da produção agrícola, e as extensionistas sociais (mulheres) atendendo às questões referentes ao âmbito doméstico-familiar. Esse trabalho passou por diferentes fases, que não cabe aqui detalhar. É importante lembrar, porém, que durante todo o período da Revolução Verde (final da década de sessenta até recentemente), trabalhou-se com a perspectiva de "profissionalizar" e "modernizar" o meio rural, tanto do ponto de vista da produção agrícola, quanto no chamado "desenvolvimento de comunidades".

Não há como analisar o trabalho da extensão rural sem perceber que ele foi, permanen-

temente, marcado por um viés de gênero⁴. Assim como as extensionistas mulheres sofriam uma série de restrições ao seu trabalho⁵, no caso das mulheres rurais, esse viés se manifestava basicamente na negação do seu papel enquanto agricultoras. A elas era oferecida a possibilidade de organização em grupos (clubes de mães, de senhoras e outros), acompanhados pelas extensionistas de bem-estar social, e orientados, em sua maioria, para os temas considerados "femininos". De forma geral, mesmo que não fosse essa a intenção, os grupos ajudavam a consolidar a idéia de que havia um lugar separado entre as mulheres e os homens no meio rural, assumindo uma divisão sexual do trabalho que, na prática, negligenciava o papel produtivo que as mulheres sempre desempenharam na agricultura. Essa ação contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços onde se tratava das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, embora elas sempre tenham participado ativamente dessas atividades e sobre elas recaíssem as conseqüências das mudanças ocorridas⁶.

Ao longo dos anos, uma série de mudanças ocorreram na forma hegemônica de se pensar e de se agir sobre o meio rural, que resultaram em diferentes políticas públicas para a agricultura e se refletiram nas formas de atuar da extensão rural. Essas mudanças se deram tanto em função das crises da matriz tecnológica e do modelo de desenvolvimento adotados (do ponto de vista ambiental, econômico e social), como em função de mudanças na esfera política: crescimento dos movimentos sociais (sindicais, de trabalhadores sem terra, de mulheres etc.), surgimento das ONGs e das organizações da sociedade civil em geral, em um contexto maior de democratização da sociedade. Isso fez com que vários outros temas adquirissem relevância para o trabalho da extensão rural, e provocou mudanças nos princípios e metodologias utilizadas, que se direcionou para o atendimento preferencial a agricultores familiares com abordagens participativas e maiores preocupações

ambientais.

O tripé básico da área chamada "Bem-Estar Social" permaneceu sendo os temas saúde, alimentação e habitação. Incorporou-se, no entanto, uma série de outros temas: geração de renda, através de atividades como agroindústrias, artesanato, turismo rural; ações de "ecologização" do meio rural, como planos de gestão/educação ambiental, estímulo à utilização de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, ações de saneamento básico e ambiental; e deu-se uma ênfase maior ao trabalho de resgate de conhecimentos tradicionais, e em particular, ao trabalho com plantas medicinais. Esse trabalho foi fundamentalmente realizado pelas extensionistas de bem-estar social e hoje é um patrimônio da extensão rural como um todo.

3 A situação hoje e estratégias de atuação

Hoje a EMATER/RS está presente em 476 municípios, com 10 escritórios regionais e um escritório central⁷. São cerca de 2.300 empregados, sendo cerca de 25% com formação superior em Ciências Agrárias (engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, médicos veterinários, zootecnistas) e 25% com formação de nível médio nesta área (técnicos agrícolas). No que se refere à área social, há uma desproporção: as extensionistas de bem-estar social (cargo de nível médio na empresa) correspondem a aproximadamente 18% do total de empregados, enquanto os profissionais com formação superior nessa área e contratados como tal (sociologia, antropologia, economia, pedagogia, serviço social, saúde, nutrição, saneamento) são cerca de 2% do total⁸. Esse desequilíbrio quanto aos recursos humanos tem conseqüências sobre o acompanhamento do trabalho.

Em um diagnóstico realizado entre 2000 e 2001, verificou-se que o trabalho das

extensionistas de bem-estar social, apesar de ser realizado em praticamente todo o Estado, abrangendo uma gama extremamente diferenciada de temas, não vinha recebendo um destaque correspondente, carecendo de uma maior visibilidade tanto no nível regional como no estadual. Paradoxalmente, esse trabalho veio acumulando reconhecimento "para fora" da empresa, especialmente por outras instituições públicas com as quais são mantidos convênios (como Prefeituras Municipais, Secretarias de Estado órgãos federais, instituições financeiras e outras). Destacava-se também a participação do pessoal técnico da área social em Conselhos ligados à gestão de políticas públicas, em nível Municipal, Regional e Estadual⁹. A reconquista do certificado de entidade filantrópica junto ao INSS, no ano de 2001, confirmou o reconhecimento do caráter social do trabalho realizado.

Verificou-se também que o principal estrangulamento, no nível municipal, era a falta de integração no trabalho cotidiano. Não havia um entendimento, dentro das equipes, sobre os vários aspectos de que se revestia o desenvolvimento rural, resultando, em muitos casos, na divisão rígida e apriorística de tarefas. O trabalho da extensionista social era, muitas vezes, relegado a um plano secundário, e visto como uma tarefa exclusivamente sua. O planejamento geral do escritório tornava-se, assim, uma "soma de partes", reproduzindo uma falsa segmentação "econômico" x "social", em que "extensionistas" (mulheres) e "técnicos" (engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas) somente dividiam um mesmo escritório. Esta é ainda a situação de um número significativo de escritórios e, de certa forma, semelhante ao que vinha acontecendo no nível regional e no Escritório Central.

Em parte, estes problemas têm origem na inserção subordinada que os temas sociais

sempre tiveram com relação aos temas econômicos, nas políticas que orientaram o trabalho geral da instituição, o que, pouco a pouco, vem sendo modificado. Alia-se a isto a problemática das desigualdades de gênero, já comentada anteriormente (o "social" identificado com os temas femininos, e o "econômico/agronômico/produtivo" identificado com o masculino), como um fator que dificulta a superação desses problemas.

A nova sistemática de planejamento, com base em diagnósticos participativos feitos em conjunto com outras parcerias e com a participação direta da população, tem mostrado um potencial de superação desses problemas. As ações da empresa passam a ser balizadas por uma pactuação de objetivos comuns, em que todos os agentes (extensionistas, agricultoras e agricultores, funcionários municipais, lideranças e outros) devem se inserir de forma articulada, com responsabilidades definidas. Os temas sociais podem, desta forma, ser inscritos nos planos municipais e regionais de desenvolvimento, sob responsabilidade de todos, ressaltando-se as especificidades de funções e de conhecimentos profissionais. O desafio do trabalho efetivamente interdisciplinar e integrado permanece, como condição para romper os guetos que foram construídos ao longo do tempo.

A seguir, vamos apresentar um conjunto de temas sociais que, hoje, se revestem de maior importância para os trabalhos desenvolvidos pela instituição.

4 Áreas de trabalho: definição de conteúdos e competências

4.1 Promoção da cidadania e organização social

Definem-se como ações de Promoção da Cidadania e Organização Social aquelas que

estimulam a população para que se organize e participe ativamente das decisões que dizem respeito à sua comunidade, ao seu município e ao espaço público em geral. Esta definição pressupõe, ainda, conhecimento sobre os direitos e as condições para exercê-los. Isso demanda, por parte dos profissionais da ATER, capacidade para aportar informações, conhecimentos sobre metodologias de trabalhos de grupos, formação de lideranças, planejamentos participativos, assim como leitura e compreensão dos interesses em jogo, bem como dos conflitos potenciais, inerentes em qualquer processo de organização social.

Este deve ser um objetivo permanente da Extensão Rural: através de todas as suas ações, fortalecer os sujeitos sociais para que, num processo de empoderamento¹⁰, seja promovida a cidadania de todos. Ganham destaque neste tema os trabalhos voltados para as políticas de combate às desigualdades de gênero e de inclusão das mulheres rurais como protagonistas das políticas de desenvolvimento rural; o atendimento a públicos diferenciados (como jovens e idosos) e também a públicos não tradicionais da extensão rural, como indígenas, pescadores, quilombolas, historicamente excluídos dessas políticas e do exercício da cidadania.

4.2 Educação e promoção da saúde

O desafio nesta área é o de atuar diretamente com as comunidades rurais, vendo a saúde como parte de uma proposta de desenvolvimento integral. Cabe à extensão rural dar conta de um papel que o sistema de saúde não consegue, em geral, cumprir, qual seja, a promoção e a educação em saúde no meio rural, estabelecendo um processo de autonomia, de construção de sujeitos que se "empoderam", para melhorar suas condições de saúde e de vida. Essas ações, de promoção e educação, não têm tido êxito significativo, no âmbito do sistema de saúde como um todo. Cabe à extensão rural apoiar as lutas para que essas ações sejam assumidas pelo sistema público de saúde, tendo em conta que essas lutas passam através dos espaços onde são formuladas as políticas públicas, ou seja, os Conselhos de Saúde.

Os sistemas locais de saúde estão voltados, prioritariamente, a atender as demandas mais prementes dos municípios, tais como a assistência primária e secundária, realizadas, basicamente, através de Programas do Ministério da Saúde e/ou da Secretaria Estadual de Saúde, e de redes de Unidades Básicas de Saúde e hospitais. As ações com as comunidades, através do PACS - Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - e do PSF - Programa de Saúde da Família -, embora importantes, muitas vezes não conseguem alterar o "modelo" de abordagem das questões, que continua centrado na doença, no médico e no medicamento.

As ações voltadas para educar e promover a saúde têm o caráter de desencadear processos, em que a população vai resgatando sua dignidade e auto-estima, se apropria do conhecimento sobre o processo saúde/doença, adquire autonomia e torna cada um sujeito da sua própria saúde, do seu bem-estar, da sua qualidade de vida. Estimuladas por este processo, as pessoas irão à luta pelos seus direitos em relação à saúde, buscando garantir as ações de assistência,

promoção, proteção e recuperação da saúde, que cabem às esferas competentes no que se refere a atenção à saúde, conforme a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde (8080/8142).

A extensão rural não pode ser responsável pela execução das ações ou programas de atenção à saúde, mas pode ser parceira das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, nas ações desenvolvidas junto à população do meio rural. Seu papel específico será o de contribuir para a problematização e construção de políticas públicas de atenção à saúde da população rural, especialmente no que se refere à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Dentre o conjunto de temas que dizem respeito à educação e promoção da saúde, devem ser destacadas as seguintes questões: Educação em Saúde, com ênfase no conhecimento sobre o próprio corpo e os processos de saúde/doença; comprometimento com a Política Estadual de Plantas Medicinais, promovendo o resgate, a valorização e a qualificação dos conhecimentos da população sobre o cultivo e uso dessas plantas; o apoio à construção de políticas públicas de saúde para o meio rural, com a participação ativa da população na elaboração e controle dessas políticas; e construção de propostas de lazer comunitário como parte integrante e fundamental de uma proposta de desenvolvimento centrada em valores de solidariedade social, de resgate da auto-estima das pessoas, visando o estabelecimento de uma relação harmoniosa da população com a natureza e com a economia.

4.3 Segurança e soberania alimentar

A garantia de que os povos poderão, soberanamente, definir as suas próprias políticas de segurança alimentar é condição essencial para um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Entende-se Segurança Alimentar e Nutricional como "a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas saudáveis e sem comprometer o acesso

a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis"¹¹. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas.

Deve-se ter sempre presente que uma política de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser integral, enfrentando os problemas estruturais causadores da insegurança alimentar atual, tais como: a concentração da terra e da renda, o desemprego etc., até as políticas de distribuição e consumo. Aí cabem especialmente as políticas de apoio à agricultura familiar, às pequenas e médias empresas, à produção sustentável de alimentos, à garantia de qualidade (e de preço) dos alimentos que chegam aos consumidores. Deve, igualmente, fazer parte dessas políticas o atendimento às questões emergenciais, de provimento alimentar às populações vulneráveis. Distribuição de cestas básicas, bancos de alimentos e outras medidas emergenciais, são fundamentais dentro de uma visão que trabalhe pela emancipação e inclusão social dos grupos hoje excluídos¹².

Dentre as várias possibilidades de ações de Segurança Alimentar, destacam-se, a seguir, aquelas que estão mais diretamente relacionadas com a Missão Institucional da EMATER/RS: educação alimentar (construção coletiva de um conceito de alimentação saudável e ambientalmente correta, ações de combate ao desperdício e de estímulo ao aproveitamento máximo dos alimentos); ações que visem o acesso da população à alimentação (melhoria das feiras, merenda escolar e mercado institucional, estímulo à produção para autoconsumo, resgate da biodiversidade alimentar); ações para a garantia da qualidade dos alimentos (dos pontos de vista biológico, sanitário, nutricional); além da questão da participação em fóruns e instâncias públicas sobre o tema, como exercí-

cio pleno da cidadania.

Essas ações devem ter por objetivo a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, buscando a satisfação plena das necessidades humanas em termos de alimentação, em harmonia com o ambiente e respeitando as culturas e os processos de organização dos povos.

4.4 Geração de renda

A situação de pobreza e exclusão é uma condição estrutural que se caracteriza por limitações de acesso à terra, aos mercados, ao trabalho, à educação e à saúde. No meio rural, para superar os processos de exclusão, são necessários esforços coordenados, que busquem tanto a melhoria das atividades já desenvolvidas, como o estímulo a outras atividades (agrícolas ou não agrícolas). Essas escolhas devem ser realizadas pelas comunidades rurais que, em seus próprios processos de organização, construirão as alternativas para combater problemas sociais e ambientais.

Nos últimos anos, os espaços rurais não têm tido como função exclusiva a produção agrícola, se transformando, cada vez mais, em espaços polissêmicos, onde coexistem atividades econômicas de natureza diversa, como a própria agricultura, o comércio, o turismo rural, atividades de preservação ambiental, o lazer, o artesanato, a prestação de serviços, entre outros. Em alguns casos, isso já é um processo consolidado, que alterou a dinâmica interna da reprodução familiar e a alocação de tarefas entre seus membros (homens, mulheres, jovens e idosos da família). Em determinadas condições, essa pluriatividade pode permitir a ampliação das rendas e o bem-estar de todos; nestes casos, o emprego em atividades não agrícolas é, muitas vezes, uma estratégia temporária para buscar fundos e investir na propriedade.

Nesta perspectiva, cabe à EMATER/RS apoiar diferentes tipos de atividades, que visam gerar rendas aproveitando os potenciais dos espaços rurais para além da agricultura, tais como: tu-

rismo rural, nas suas várias modalidades (ecoturismo, turismo colonial, histórico etc.); prestação de serviços no meio rural (tais como ateliês de couro, móveis, serviços profissionais); artesanatos com uso de matérias-primas disponíveis no meio rural, como fibras, madeira, lã de ovelha, couro, peles, palha de trigo, milho e arroz. Além da geração de renda, o artesanato pode cumprir importantes funções no resgate da história da localidade, das tradições culturais, sendo um componente fundamental nos planos de desenvolvimento de turismo. E cabe ainda à extensão apoiar as iniciativas no campo da Economia Solidária, tais como empreendimentos coletivos, participativos e autogestionários, que distribuem renda a partir da cooperação e solidariedade.

4.5 Gestão ambiental

Trabalha-se com a noção de que cabe à instituição participar ativamente dos processos de gestão ambiental, entendidos como processos de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais (comunidade, instituições, poder público) que agem sobre os meios físico-natural e construído, definindo e redefinindo, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes da ação desses agentes. Esse conceito compreende um conjunto de instrumentos que visam monitorar as ações humanas sobre o ambiente natural, levando em consideração as ações do Estado e de todos os agentes que interferem no meio ambiente, como as empresas, os produtores agrícolas, a população em geral¹³.

A gestão ambiental, para a EMATER/RS, segue um conjunto de princípios, estratégias e diretrizes que norteiam as ações de campo, de estímulo, orientação e apoio a práticas ambientais, em conformidade com a legislação de proteção ao meio ambiente e de ocupação dos espaços. A prática ambiental interna (em todos os níveis) deve ser coerente com es-

sas definições. Entre as várias ações que podem ser desenvolvidas sobre este tema, destacam-se as ações em Educação Ambiental, Preservação e Manejo de Recursos Naturais, Saneamento Básico e Saneamento Ambiental.

As ações em Educação Ambiental ganham um destaque maior porque entende-se que pode ser uma grande ferramenta para a compreensão dos ideais de desenvolvimento sustentável e para a prática da gestão ambiental. Conforme LAYRARGUES (2000), a educação para a gestão ambiental pressupõe uma conjugação entre a educação para a cidadania com a educação ambiental, unindo demandas sociais por melhores condições de vida e por melhores condições ambientais. Além disso, a educação para a gestão ambiental tem um potencial da formação e exercício da cidadania, em particular, para uma determinada classe social - aquela mais afetada pelos riscos ambientais. Isto significa admitir que só é possível enfrentar a problemática socioambiental enfrentando os conflitos sociais concomitantemente, e aí a educação para a gestão ambiental adquire uma importância fundamental.

As práticas de Saneamento Básico, por outro lado, aparecem também como ações de preservação dos recursos hídricos fundamentais para a promoção da saúde pública no meio rural. Incluem-se aqui as práticas de abastecimento de água potável, disposição de esgotos domésticos, resíduos de agroindústrias e das instalações para animais, disposição adequada do lixo doméstico e resíduos das atividades agrícolas, assim como o controle de vetores (ação associada ao saneamento ambiental, relacionada à recuperação de matas ciliares e ao controle e disposição de dejetos). Executadas através de parcerias entre órgãos públicos e comunidades, com a participação ativa da população, são práticas concretas de preservação e recuperação ambiental que contribuem para uma melhor qualidade de vida no meio rural.

5 Novos e velhos desafios

Como foi apontado no início deste texto, são ainda muitos os desafios para a realização de uma Extensão Rural Agroecológica, que contemple as várias dimensões da sustentabilidade e tenha a população rural como real protagonista das mudanças. Este texto foi uma tentativa de apontar alguns temas que devem estar presentes no cotidiano de trabalho da extensão rural, em cada diagnóstico, em cada planejamento, nas ações com os agricultores e agricultoras, pescadores e pescadoras, indígenas, quilombolas, com as instituições parceiras, na construção e execução das políticas públicas.

Talvez o desafio maior seja a desconstrução de um "jeito" de olhar para o rural, e reaprender na relação com os diferentes públicos, a construir um tecido social mais democrático e equitativo: que contemple as diferenças de gênero, de geração, de inserção social, de interesses, de pontos de vista, e que parta das experiências já acumuladas por todos. Os homens e mulheres profissionais da extensão rural têm muito a contribuir, com seus conhecimentos, sensibilidades, dedicação, na construção desse outro desenvolvimento, desde que, estrategicamente, sejam capazes de perceber que esse caminho é muito mais complexo do que a simples mudança de um modelo tecnológico.

6 Referências

CAPORAL, F. R. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. 1998. 517p. Tese. (Doutorado) - Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISECTSIAN, Universidad de Córdoba, España.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova extensão rural. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2001, Botucatu (SP). *Anais...* Botucatu: UNESP/FCA/DGTA, 2001. 1 CD-ROOM

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL. 1999. Porto Alegre. *Documento Síntese...* EMATER. Rio Grande do Sul. Grupo de Trabalho para Elaboração do Marco Referencial da EMATER/RS-ASCAR; Equipe do NUCID/

DAT. Documento para Discussão: versão 16/08/2002. Porto Alegre, 2002.

LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S.; LOUREIRO, C. F. (Org.) *Sociedade e meio ambiente: educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

PROJETO FOME ZERO. *Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil*. São Paulo: Instituto da Cidadania; Fundação Djalma Guimarães, 2001.

QUINTAS, J.S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do Meio Ambiente*. Brasília: IBAMA, 2000.

SILIPRANDI, E. Para pensar políticas de formação para mulheres rurais. In: BRACAGIOLI NETO, A (Org.) *Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural*. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p. 175-187 (Série Programa de Formação Técnico-social da EMATER/RS).

_____. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.

1, n. 1, p. 61-71, jan./mar. 2000a.

_____. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento. In: CONGRESSO MUNDIAL

DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro, Brasil, 2000b. 1 CD-ROM.

Notas

¹Os conceitos de "Agroecologia", "sustentabilidade", "extensão rural agroecológica" e "transição agroecológica" podem ser aprofundados nos textos de Caporal e Costabeber (2000; 2001).

²Além do grupo de trabalho e da equipe do NUCID-DAT, diversos outros colegas participaram de discussões e colaboraram com críticas, sugestões e materiais de apoio, a quem agradecemos.

³Uma análise histórica da criação da Extensão Rural no Brasil e no Rio Grande do Sul pode ser encontrada em Caporal (1998).

⁴Sobre as questões de gênero na extensão rural, ver Siliprandi (2000b). São feitas referências sobre como as mulheres rurais vêm sendo negligenciadas no seu papel de agricultoras em Siliprandi (1999; 2000a).

⁵As extensionistas sociais, até a década de 70, eram impedidas de casar; até a década de 80, proibidas de dirigir os veículos da empresa; e durante um longo período, o seu trabalho permaneceu subordinado ao dos técnicos.

⁶Sem dúvida, o trabalho de organização de grupos também funcionou, em muitas regiões, como embrião do envolvimento das mulheres em outros movimentos (sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais, associações e cooperativas), sobretudo onde ele evoluiu para a discussão de temas como direitos das mulheres, e o estímulo à sua organização autônoma.

⁷Além de 45 Postos de Classificação e 18 Centros de Formação.

⁸Os demais empregados incluem administrativos, área financeira, comunicações etc. Um levantamento feito pela Associação das Extensionistas Sociais da Emater em abril de 2002, abrangendo 64% das extensionistas, aponta que 83% delas são portadoras de diploma de curso superior (em várias áreas), e 32% haviam realizado algum curso de pós-graduação.

⁹A EMATER/RS ocupou até recentemente a Presidência do Conselho Estadual de Assistência Social, e participa na condição de membro pleno de outros Conselhos Estaduais e Fóruns, tais como: da Mulher, da Saúde, para a Erradicação do Trabalho Infantil, de Plantas Medicinais, de Povos Indígenas, de Segurança Alimentar e outros.

¹⁰De uma perspectiva sociológica, a expressão empoderamento refere-se ao processo crescente de protagonismo individual e coletivo dos atores e grupos sociais, resultando em uma apropriação de conhecimento e exercício efetivo de cidadania por parte dos envolvidos. No âmbito do desenvolvimento rural, trata-se da efetiva participação dos agricultores e suas organizações em espaços de discussão e decisão, como Conselhos Municipais de Desenvolvimento Agropecuário e Fóruns Regionais de Desenvolvimento. Sob esse enfoque, o empoderamento surge da consciência dos indivíduos do seu próprio poder (saber que sabem e que podem), que se potencializa em ações sociais coletivas.

¹¹In: PROJETO FOME ZERO (2001).

¹²Ver a esse respeito CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (1999).

¹³Ver a esse respeito, Quintas (2000).